

Ciência e Patronagem na Correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho (“Pai e Protetor”) e José Bonifácio de Andrada e Silva (“Venerador Sincero e Criado Humilíssimo”) (1799-1812)

Alex Gonçalves Varela *

Resumo: A correspondência trocada entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e José Bonifácio de Andrada e Silva revela a aliança tácita entre os homens de governo e os estudiosos das ciências naturais. As missivas trocadas entre os dois personagens permitem conhecer todo o processo de constituição de uma amizade que foi de extrema importância para o processo de emergência e consolidação das ciências naturais no Império português. O trabalho científico de José Bonifácio, no cargo público de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, era oferecido como um generoso serviço do vassalo dedicado ao monarca e ao ministro D. Rodrigo. O naturalista-intendente considerava o seu trabalho fundamental para a recuperação da mineração do Reino. E, D. Rodrigo não pouparia esforços para financiar o naturalista. O empenho e a dedicação de Bonifácio no projeto de recuperação da mineração do Reino lhe permitiu acumular honra e desfrutar de títulos.

Palavras-Chaves: José Bonifácio de Andrada e Silva; História das Ciências; Ilustração Luso-Americana.

Abstract: The correspondence between D. Rodrigo de Sousa Coutinho and Jose Bonifacio de Andrada e Silva shows the tacit alliance between the men of government and the scholars of natural sciences. The letters exchanged between the two characters can see the whole process of formation of a friendship that was of extreme importance to the process of emergence and consolidation of natural sciences in the Portuguese Empire. The scientific work of Jose Bonifacio, in public office of General Manager of Mines and Metals of the Kingdom, was offered as a generous service of the dedicated vassal to the king and the minister D. Rodrigo. The naturalist-manager felt his work essential for the recovery of mining the Kingdom. And D. Rodrigo is not sponsoring efforts to save the naturalist. The commitment and dedication of Bonifacio in the recovery of the mining project of the Kingdom allowed him to accumulate honor and enjoy titles.

Key-Words: José Bonifácio de Andrada e Silva; History of Sciences; Luso-American Enlightenment.

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) fez parte de uma geração de ilustrados luso-americanos formados nos cursos de Leis e Filosofia Natural na Universidade de Coimbra reformada pelo marquês de Pombal. A seguir, ingressou como sócio na Academia Real das Ciências de Lisboa, local onde despertou a atenção de alguns membros, entre os quais o duque de Lafões. Como resultado da admiração deste último, ganhou uma bolsa de estudos do governo português para fazer uma viagem científica por diversos países da Europa Central e Setentrional, entre os anos de 1790-1800, período em que visitou as principais escolas de mineração européia, e importantes regiões mineiras,

*

Bolsista PCI de Pós-Doutorado da CHC do MAST/MCT/RJ.

assim como manteve contato com os principais expoentes da ciência mineralógica. Essa viagem contribuiu para a especialização e profissionalização das atividades científicas de José Bonifácio, tornando-se, como ele próprio afirmava, um “metalurgista de profissão”.

A viagem de formação teórica e prática no campo da metalurgia e da mineração fazia parte da política portuguesa que visava arregimentar os estudiosos portugueses, nascidos ou não na metrópole, com o intuito de ajudar a promover a regeneração do Império. (Lyra, 1994; Dias 1968) Não foi por acaso que a maioria desses ilustrados coloniais pertenciam ao grupo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro de D. Maria I desde 1796, que defendia a fundação de um Império luso-americano, com sede na sua porção mais rica, o Brasil, como solução à crise que se abatia sobre o Reino.

Cabe registrar que seguiremos a análise de Ferrone (1997) sobre o estudioso das ciências do século XVIII para analisarmos a atuação de José Bonifácio de Andrada e Silva. Da mesma forma que os estudiosos que viviam nas sociedades do *Ancien Régime*, a carreira de José Bonifácio como filósofo foi caracterizada por encerrar-se completamente na fidelidade a uma espécie de dupla identidade.

Primeiro, observa-se a sua adesão ao modelo do homem de ciência organicamente ligado ao Estado, que aceitava inteiramente a lógica e os valores de uma sociedade hierarquizada, estabelecida, organizada por ordens, classes, e corpos diferenciados pelas dignidades, honras, onipresença do privilégio e categorias. O Estado atribuía ao estudioso das ciências honras e privilégios, conforme o costume e a lógica do *Ancien Régime*. O compromisso com o monarca e com o sistema de organização da vida intelectual assente no *patronage* permitia aliás, desenvolver a fundo as potencialidades do método científico e aumentar o número dos protagonistas em virtude dos financiamentos, das pensões, dos privilégios alargados pelo soberano. O homem de ciência do século XVIII, no contexto do antigo regime, era basicamente um funcionário do Estado, cujas atividades eram financiadas pelos monarcas, revelando assim o pacto tácito com o poder.

Por outro lado, observa-se na prática científica do naturalista estudado a adesão e difusão do enciclopedismo, a ideologia científica do progresso, o utilitarismo e o pragmatismo, assim como a vontade e o desejo de classificar os elementos do mundo natural, traços que caracterizam o moderno pensamento científico. Ademais registremos o fato de ser membro da “República das Letras”, com os seus valores cosmopolitas, uma vez

que participou ativamente de inúmeras sociedades científicas e publicou os trabalhos de suas pesquisas que seguiam o método moderno da observação e da experimentação.

Foi no contexto da viagem científica que José Bonifácio foi apresentado por carta ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e do Ultramar do governo de D. Maria I. O Andrada, em Viena, no ano de 1797, encontrou-se com o enviado português D. Lourenço de Lima, e com Joaquim José de Miranda Rebelo, antigo secretário de D. Rodrigo em Turim. Miranda Rebelo lhe recomendou de forma bastante clara ao “homem de governo”, argumentando ser ele a pessoa com o perfil adequado para que se estabelecesse um “Diretório de minas, por meio do qual se aproveitem as imensas riquezas que a Providência nos deu este gênero, tanto em Portugal como em todas as colônias”. A seguir passou a apresentar Bonifácio enfatizando os conhecimentos de mineralogia e metalurgia adquiridos por ele durante a viagem e a disposição do mesmo em “ser útil e de fazer a felicidade do nosso país” caso fosse convidado para administrar um estabelecimento voltado para a “cultura das minas portuguesas, da glória que elas podem dar a V. Exa. [D. Rodrigo], e da utilidade que de tudo pode resultar a Portugal”. (Carta de 1797. In: SILVA, 2006, pp. 441-442)

Na carta escrita por Miranda Rebelo, ele anexava uma outra redigida no ano de 1796 por Bonifácio para D. Lourenço de Almeida. Nessa missiva, o Andrada apresentava um plano de reforma para o estabelecimento de uma “boa administração de minas em Portugal e nas colônias” e deixava transparecer o seu engajamento com o grupo de ilustrados que consideravam a mineração como uma atividade de extrema importância para a recuperação do Reino. (SILVA, 2004) Ele argumentou sobre a urgência que se tinha de criar uma “boa legislação e administração de minas”, fato que ainda não havia em Portugal, e defendia que a exploração das minas deveria ser exclusiva do Estado. Para administrar e explorar as minas, Bonifácio propôs o sistema das companhias ou sociedade montanísticas, sob a inspeção de três tribunais: o Tribunal Supremo, localizado em Lisboa, chamado Conselho Supremo de Minas, Moedas e Bosques; os Tribunais Provinciais, também chamados de Superintendência de Minas; e, as Juntas de Distrito ou Territoriais. Propôs-se também a criação de “academias ou colégios montanísticos”, fator imprescindível para a formação dos mineiros, e a contratação de “oficiais hábeis e mestres trabalhadores na Alemanha”. (Carta de 10/10/1796. In: SILVA, Op.cit., pp.443-451)

A primeira carta trocada entre o Andrada e D. Rodrigo, embora ainda não tivessem se conhecido pessoalmente, também se deu ao longo da viagem, mais especificamente no ano de 1799, quando o primeiro encontrava-se em Hambourg. Nessa missiva, o estudioso da metalurgia enfatizou ao ministro as idéias expostas na carta elaborada no ano de 1796, todas apresentadas acima, e defendia a aplicação de forma extremamente rápida de quatro medidas para que as minas fossem bem lavradas e administradas: a elaboração de um bom código montanístico; a criação de novos conselhos e superintendências de minas; a criação de ginásios ou academias montanísticas; a sugestão de contratar mestres mineiros na Alemanha e na Hungria, como “fez para melhorar e abrir novas minas a Suécia, a Dinamarca, França e Inglaterra; e nos últimos anos Espanha e Rússia, e novamente S. M. Siciliana”. (Carta de 23/06/1799. Idem.Ibidem, pp. 451-452)

Ao retornar à Portugal, no ano de 1800, José Bonifácio passou a ser um colaborador ativo do ministro D. Rodrigo. Em novembro do mesmo ano, o naturalista estava envolvido, juntamente com Carlos Antônio Napion, em uma missão de reconhecimento e de inspeção dos terrenos mineiros situados ao norte de Lisboa, sobretudo nas províncias de Estremadura e de Beira. (Carta de 10/11/1800. In: SILVA, A., Op.cit., pp. 453-454) Logo seria agraciado pelo “homem de governo” com diversos cargos públicos, ganhando destaque aqueles relativos à questão das minas, desenvolvendo conjuntamente trabalhos técnicos e universitários.

De fato, Bonifácio foi nomeado Lente da Cadeira de Metalurgia por Carta Régia de 15 de abril de 1801. Contudo, em suas cartas para D. Rodrigo, registrou uma série de contra tempos que impediam o bom funcionamento da Cadeira como o pequeno número de alunos; a ausência de cursos na Universidade no campo da mineralogia, fator de vital importância para os alunos que fossem ingressar na Cadeira de Metalurgia; o acúmulo de cargos, não podendo assim consagrar uma considerável parte do seu tempo ao ensino da Cadeira; as minguadas verbas para a compra de equipamentos, entre outros fatores.

O ministro D. Rodrigo considerava de extrema importância o investimento na exploração das minas. Ele estava atento às novas demandas de materiais minerais que ganharam relevância com o advento da revolução industrial, sobretudo carvão e ferro, e preocupado com o esgotamento das minas de ouro do Brasil, criou a Intendência Geral das Minas e Metais do Reino. E, nomeou José Bonifácio como Intendente por Carta Régia de

18 de maio de 1801, e, um novo regimento para o funcionamento das minas e estabelecimentos metálicos do Reino foi mandado baixar pelo Alvará de 30 de janeiro de 1802 que definiu a competência do Intendente e a sua área de atuação. (Varela, 2006)

A partir da contratação de José Bonifácio para a realização de todas essas funções, os seus estudos científicos passaram a ter que dividir o tempo com os cargos estatais. Em outras palavras, o perfil de naturalista e o de homem público passaram a caminhar lado a lado na história de vida do personagem. Não são duas carreiras diferentes ou sucessivas, mas durante toda a sua vida em Portugal, ele levou simultaneamente uma vida de funcionário do Reino e uma vida de naturalista. Ele é um típico representante dos laços estreitos que se criam durante o reformismo Ilustrado português mariano e joanino entre os sábios e o governo.

Em diversas cartas trocadas com D. Rodrigo, Bonifácio era sempre reverenciado pelos seus trabalhos, tanto pelas melhorias que promovia na extração dos materiais minerais, como no processo de reorganização da fábrica de Figueiró dos Vinhos. Numa das missivas com D. Rodrigo, seu protetor, a quem o naturalista-intendente dirigiu muitas súplicas, como o aumento dos ordenados de Intendente, e memórias científicas, o “homem de governo” após tecer elogios ao trabalho de Bonifácio de descobrir novas minas de ferro e de carvão, materiais de extrema importância com o advento da revolução industrial, deixou transparecer a gratidão pelos inúmeros serviços prestados ao se referir a ele como “seu maior amigo, mais obrigado e fiel venerador”. (Carta de 26/05/1806. Idem.Ibidem,pp.483-485)

Numa outra correspondência, D. Rodrigo deixou transparecer o zelo de Bonifácio pelo Real Serviço, o trabalho árduo que o mesmo vinha realizando nas minas de carvão do Porto e nas de ferro de Buarcos e Figueiró dos Vinhos, e a satisfação com o resultado do seu empenho à frente da Intendência, afirmando que a sua atuação “deu-me um prazer superior a toda a expressão, e S.A.R. o Príncipe Regente nosso Senhor (...) não há de abandonar tão úteis estabelecimentos e de que os seus vassallos e a Coroa podem tirar as maiores vantagens. Vejo a luta que tem sofrido e sofre, mas a carreira é tão cheia de glória que nada pode fazer desanimar da empresa”. (Carta de 14/01/1807. Idem.Ibidem,p. 489)

Como naturalista e intendente, Bonifácio servia ao monarca com toda a dedicação. Seu trabalho à frente da Intendência era oferecido como um generoso serviço do vassallo,

uma vez que desejava ver reconhecidos seus méritos e recompensados os esforços com cargos e títulos. Pelos serviços realizados na Intendência das Minas, Bonifácio recebeu do Príncipe Regente títulos honoríficos como a nomeação de Desembargador da Relação do Porto e Cavaleiro da Ordem de Cristo, além de ser nomeado para o cargo de Superintendente das Obras do rio Mondego. Para o intendente, maior não poderia ser sua glória que ver recompensado com tanta Real Grandeza, os serviços que a obrigação de fiel vassalo lhe impunha. Seus serviços viabilizaram uma incrível ascensão social, proporcionando honra e prestígio. (Raminelli, 2006)

No dia 31 de agosto de 1803, o organizador e idealizador da Intendência, Presidente do Real Erário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi demitido do cargo que ocupava. (Neves, 1995) O Real Erário passou a ser presidido por Luiz de Vasconcelos e Souza. Tal fato teve conseqüências diretas para a organização da Intendência das Minas e para a atuação do Intendente, uma vez que no ano de 1804, por Decreto de 04 de maio, o Príncipe Regente determinou que o Intendente Geral não era mais o administrador das ferrarias, minas de carvão de pedra de Buarcos e do Porto, e das demais minas de metais do Reino. Todos esses estabelecimentos ficariam sob a direção administrativa e financeira da Real Fábrica das sedas e Obras das Águas Livres. (Diniz, 1939)

Mesmo após a demissão de D. Rodrigo e sua ida para Lagoalva e Arroios, Bonifácio continuou a manter uma intensa correspondência com o “protetor”, mantendo o compromisso e a fidelidade de “bom vassalo”. Nesse momento de afastamento da vida política do Império, Sousa Coutinho buscou aconselhar o naturalista-intendente sobre a necessidade de se ter “uma maior moderação na sua conduta, a de fazer mui circunstanciadas relações” para que assim mostrasse ao Príncipe Regente a importância do trabalho que realizava e o mesmo o mantivesse nas funções em que estava executando. Contudo, Bonifácio deixou transparecer as dificuldades que passou a ter de enfrentar na nova administração das minas após a saída do todo-poderoso homem de governo ao afirmar que: “Porque não tenho mais a V.Exa. à testa desta repartição; e dos outros se riem os poderosos e velhacos das nossas províncias. Seja o Diabo juiz com tais alcaides! Para mim está acabado o entusiasmo, e só me alenta a esperança de ver-me um dia livre de tal inferno; se não morrer na lama, como burro espancado, antes de conseguir a minha alforria”. (Carta de 30/07/1804. In: SILVA, A... Op.cit., p.477)

Com a transferência da Corte Portuguesa para a sua colônia americana no ano de 1808, Bonifácio permaneceu no Reino e D. Rodrigo veio com o Príncipe Rente. Durante o período de ocupação das tropas francesas (1807-1811), os trabalhos nas minas ficaram prejudicados, até mesmo porque o intendente foi convocado para lutar contra os soldados de Napoleão. As trocas de cartas entre os dois se manteria ativa. D. Rodrigo, agora na condição de Conde de Linhares, informava ao “amigo e senhor da minha particular veneração” todas as transformações por que passava o ambiente colonial como a medida que decretou a abertura dos portos, a permissão para o estabelecimento de manufaturas, entre outras medidas, assim como aquelas tomadas para a implementação do projeto de desenvolvimento da economia do Brasil por meio do fomento às atividades siderúrgicas. Numa das cartas, D. Rodrigo afirmou que acreditava que não só em “Sorocaba, mas em Minas Gerais e Serro Frio teremos grandes estabelecimentos de minas de ferro, que nos darão todo o ferro de que necessitamos, e para exportar para a Ásia”. (Carta de 30/10/1811. Idem.Ibidem, p.494)

A análise da correspondência trocada entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e José Bonifácio de Andrada e Silva revela a aliança tácita entre os homens de governo e os estudiosos das ciências naturais. As missivas trocadas entre os dois personagens permitem conhecer todo o processo de constituição de uma prática de patronagem que foi de extrema importância para o processo de emergência e consolidação das ciências naturais no Império português. O trabalho científico de José Bonifácio, no cargo público de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, era oferecido como um generoso serviço do vassalo dedicado ao monarca e ao ministro D. Rodrigo. O naturalista-intendente considerava o seu trabalho fundamental para a recuperação da mineração do Reino. E, D. Rodrigo não poupou esforços para patrocinar o naturalista. O empenho e a dedicação de Bonifácio no projeto de recuperação da mineração do Reino lhe permitiu acumular honra e desfrutar de títulos, ganhando projeção e destaque na sociedade do Império Português.

Correspondências:

Carta de Joaquim José de Miranda Rebello à D. Rodrigo. Vienne, 1797.

Carta de José Bonifácio à D. Lourenço de Lima. Viena de Áustria, 10/10/1796.

Carta de José Bonifácio à D. Rodrigo. Hambourg, 23/06/1799.

Carta de le chevalier Napion et José Bonifácio à D. Rodrigo. Caldas da Rainha, 10/11/1800.

Carta de José Bonifácio à D. Rodrigo. Coimbra, 30/07/1804.

Carta de D. Rodrigo a José Bonifácio. Arroios, 26/05/1806.

Carta de D. Rodrigo a José Bonifácio. Arroios, 14/01/1807.

Carta de D. Rodrigo à José Bonifácio. Rio de Janeiro, 30/10/1811.

Todas as cartas acima mencionadas encontram-se em: SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme de État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Tome II. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

Bibliografia:

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol.278, jan.-mar., 1968, pp. 105-170.

DINIZ, Pedro Joyce. *Subsídios Para a História da Montanística*. Lisboa: Editorial Império Ltda., 1939.

FERRONE, Vincenzo. O homem de ciência. In: VOLVELLE, Michel (org.) *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Ed. Presença, 1997.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

NEVES, Guilherme Pereira das. Do Império luso-brasileiro ao Império do Brasil (1789-1822). *Ler História*. Lisboa, N. 27-28, 1995, pp. 75-102.

RAMINELLI, Ronald. Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo et al. (org.) *Retratos do Império*. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

SILVA, Clarete Paranhos da. *Garimpendo Memórias: As Ciências Mineralógicas e Geológicas no Brasil na Transição do Século XVIII Para o XIX*. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra). Campinas, 2004.

VARELA, Alex Gonçalves. “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006.